

TEMPO DE REFLEXÃO

Josaphat Marinho

18 SET 1990

CORREIO BRAZILIENSE

Crises são fenômenos constantes na vida de todas as sociedades. A história humana é uma sucessão de crises, marcando transformações diversas. Sem contar as guerras, que são fatos extremos, atingindo povos e continentes, assinalem-se as revoluções, como forças de mudanças profundas. Ainda essas, porém, se realizam e alcançam seus objetivos, quase sempre, por atos de violência. Deixam, normalmente, um rescaldo, que aquece divergências entre gerações. Só o tempo, e longo tempo, resfria e reduz as mágoas criadas. Outras crises, que não acarretam modificações extensas, ocorrem com frequência, e com singularidades, em todos os povos. Umas têm até caráter periódico, a exemplo da seca no Nordeste brasileiro. Os furacões nos Estados Unidos geram crises localizadas e graves, como agora, de efeitos relativamente absorvidos pelo poder econômico e financeiro da grande nação.

Há, também, as crises que não se desdobram necessariamente em revoluções, mas que, por sua natureza e persistência, vão perturbando a convivência dos grupos sociais de um mesmo povo. Essas decorrem de procedimentos políticos e administrativos que, aos poucos, dividem a sociedade em privilegiados e desprotegidos, ou em ricos, pobres e excluídos ou miseráveis. No mundo e no Brasil, lavra neste momento histórico crise dessa natureza. Se é variável a densidade dela, com certeza se estende a múltiplas regiões do universo. Os relatórios da ONU a localizam e mostram as diferenças, dentro de impressionante constância. O trabalho comum é de evitar que o agravamento dos males alimente outras revolu-



ções, já em curso em diversos povos, e com sangue. O que ocorre em Angola é ponto de referência de luta e de sofrimento, inclusive pelo tempo de violência entre irmãos.

Mais preocupante é a situação quando a crise sacode vários segmentos da sociedade e suas fontes de manutenção regular, ou cria desentendimento entre grupos que deveriam permanecer seguramente aliados, em benefício da tranquilidade geral. Equivale a dizer que a insegurança cresce quando crises diversas, maiores ou menores,

se instauram num mesmo povo, podendo produzir ebullição generalizada, ou de extensão tendente a controle difícil. É o que não se quer, mas se delineia entre nós nesta transição. Por não se desejar o fato, não se deve ignorá-lo. A realidade sobrepuja nossas intenções.

O que aí está exige reflexão e esforço reparador, do governo e da sociedade. Sucessivas e violentas rebeliões nos presídios, como em estabelecimento de reeducação de menores. Crimes em escolas do primeiro grau. Grupos dos "sem-terra" cercam

supermercado em Alagoas, e só não o invadiram porque seus dirigentes resolveram fornecer-lhes grande quantidade de alimentos. Prefeitos e grupos de populações fazem protesto e greve no Nordeste, diante da seca e da insuficiência dos serviços governamentais. Em greve há dias, a Polícia Militar da Paraíba, obrigando o governador a pedir auxílio do Exército para garantir a ordem pública. Segundo foi noticiado. Também divulga a imprensa que os metalúrgicos programam um "festival de greves" nos estados.

Enquanto isso se verifica no país, as forças políticas, que oficialmente apóiam o governo, continuam divergindo, em disputa de postos. Não pensam no percentual de descontentamento da opinião pública. E grupos políticos progressistas se solidarizam com ruralistas poderosos, devedores ao Tesouro Nacional. No mesmo passo, noticia-se que o presidente da República recusará aos servidores do Executivo o teto de salário que se projeta para os integrantes dos outros poderes. As desigualdades avultam, humilhando proletários e diplomados, com os contratos e salários sem limites, firmados nas chamadas áreas livres da sociedade capitalista.

Tudo isso pede muita reflexão, para que se tente um ponto de equilíbrio, mantenedor da paz social, já abalada. Urge esse esforço, enquanto há espaço para a reflexão entre forças capazes de raciocinar com seriedade. Há um instante em que os fatos se sobrepõem à serenidade e a silenciam ou a ignoram.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia, é diretor da Faculdade de Direito da UPIS